



IMPUGNAÇÃO AO EDITAL TP 008/2013

Ilmo Sr.
Astério V. Gomes
Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL

REF.: EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 008/2013

CAMPOS LIMA E COELHO LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.583.238/0001-00, e Inscrição Estadual sob nº 13.247.324-00, com sede na Av. dos Jacarandás, 1304 Setor Industrial Sul, nesta cidade de Sinop-MT, telefone 66.3515.8006, por seu representante legal infra assinado, vem, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria, a fim de Impugnar os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

I – DOS FATOS

A subscrevente tendo interesse em participar da tomada de preço supramencionada, adquirindo respectivo edital, ao verificar as condições para participação no pleito, deparou-se a mesma com a exigência formulada no item nº 5.4 subitem 5.4.1, do Edital, que vem assim relacionada:

“Balanço do ultimo exercício anual e respectivas demonstrações..... devidamente arquivada no registro competente....”

Tirando da mesma, o direito que se ampara na Lei Complementar Federal nº. 123/2006, que empresas de Pequeno Porte – EPP ou Optante pelo Simples, não se obriga a apresentar o Balanço para referida TP, não esta cumprindo a lei que beneficia a micro empresa e Empresa de Pequeno Porte.

2 – DA LEGALIDADE

- a) Sociedades regidas pela Lei nº6.404/76 (sociedade anônima):
 - publicados em Diario Oficial; ou
 - publicados em jornal de grande circulação; ou
 - por fotocopia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicilio da licitante.
- b) sociedade por cota de responsabilidade limitada (LTDA):



- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

b) Sociedade sujeita ao regime estabelecido na Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”

-Acompanhada por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;ou
DECLARAÇÃO SIMPLIFICADA DO ÚLTIMO IMPOSTO DE RENDA.

OBS: A licitante deverá comprovar ser empresa de Pequeno Porte, optante do “SIMPLES”, com declaração expedida pela Receita Federal – Site: www.receita.fazenda.gov.br

Nesse termos,
Pede e aguarda Deferimento

Sinop-MT, 29 de Agosto de 2.013.

Valéria Martin Coelho

Valeria Martin Coelho
RG 1.051.60003-4SJ/MT
Sócia Proprietária

CAMPOS LIMA E COELHO LTDA ME / CNPJ: 05.583.238/0001-00/ I.E: 13.247.324-0
Av. dos Jacarandás,1304 / Setor Industrial Sul /Fone: (66) 3515-8006/Cel.9211-3261/ CEP: 78557-482





CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – PORTARIA Nº 014/2013

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2013

IMPUGNANTE: CAMPOS LIMA E COELHO LTDA – ME

I – Relatório

A Câmara Municipal de Sinop, doravante denominada simplesmente CMS, está promovendo licitação na modalidade Tomada de Preços nº 008/2013, cujo objeto é a Contratação de Empresa para fornecimento e instalação de Persianas.

Publicado o instrumento convocatório, a empresa Campos lima e coelho Ltda – ME, apresentou impugnação, nos termos do art. 41 da Lei 8.666/1993, requerendo a alteração do Edital pelos motivos a seguir expostos.

Solicita a impugnante, em síntese:

- a) Que Micro empresa ou Empresa de Pequeno Porte, optante do Simples Nacional estaria desobrigada da apresentação de Balanço Patrimonial e que, portanto a exigência do item 5.4.1, estava restringindo seu direito de participação.
- b) Citou algumas normas e amparou suas colocações na Lei Complementar nº 123/2006;

A Comissão Permanente de Licitação responde à impugnação nos termos legais e conforme fundamentos a seguir.

II – Fundamentação

Preliminarmente, a Comissão reconhece a tempestividade da Impugnação, nos termos do § 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/1993.





CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Quanto às alegações da impugnante, demonstrará a Comissão que elas não merecem prosperar, pelas seguintes razões.

A Lei de Licitações ao tratar da habilitação de empresas participantes de certames licitatórios prevê que para fins de qualificação econômico-financeira a Administração poderá exigir balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa (art. 31, inc. I da Lei nº 8.666/93).

A Lei nº 9317/96 invocada pela Impugnante para embasar sua pretensão **foi expressamente revogada pela Lei Complementar nº 123/2006**, assim o intitulado Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte não reproduziu o aludido na lei anterior. O referido diploma legal, em seu artigo 27, determinou:

“Art. 27. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor.” (grifo nosso)

O art. 1179 e seguintes do Código Civil estabelece o dever ao empresário e à sociedade empresária levantar anualmente o balanço patrimonial, bem como de registrá-lo.

Para as microempresas e empresas de pequeno porte foi editada a Resolução nº 1.418/2012, que aprovou o ITG 1000 – Modelo contábil para Microempresas e Empresa de Pequeno Porte, a qual dispõe:

“26. A entidade deve elaborar o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Quando houver necessidade, a entidade deve elaborá-los em períodos intermediários”.

Além disso, ainda podemos citar a doutrina que ensina:





CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

Tribunal de Contas da União, em seu livro intitulado “Licitações & Contratos - Orientações Básicas” – Páginas 135 e 136, preceitua:

“No exame da documentação relativa à habilitação econômico-financeira deve ser observada a boa situação financeira do licitante para execução do objeto. Para isso devem ser exigidos:

- balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, obrigatórios e já apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

(...)

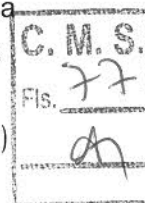
A legislação não esclarece a expressão “forma da lei”, a não ser no caso das sociedades anônimas, para as quais há lei específica.

(...)

No caso das demais empresas, devem constar das páginas correspondentes do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio do licitante (ou em outro órgão equivalente), com os competentes termos de abertura e de encerramento.

No balanço patrimonial e nas demonstrações contábeis deve ser observado se:

- referem-se ao último exercício social (ou ao exercício em curso, na hipótese de firma criada no exercício em que se realiza a licitação);
- comprovam a boa situação financeira da empresa;” (grifo nosso)



Ainda, Renato Geraldo Mendes – Lei de licitações e Contratos Anotada, em sua anotação de nº 916, ensina:

“Tem em vista que a Lei remete à normatização específica a forma de



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

apresentação do balanço patrimonial, é mister observar que, quanto às sociedades anônimas, a publicação na Imprensa Oficial e o registro constituem condição de eficácia do balanço, de modo que administração poderá exigi-lo devidamente registrado. Já quanto às demais formas societárias, poderá ser exigido, para fins de comprovar a veracidade das informações, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrado pelo órgão do Registro de Comércio, de onde é extraído o balanço patrimonial.” (grifo nosso)

E mais, o prof. Carlos Pinto Coelho Motta versou:

As microempresas e empresas de pequeno porte devem, igualmente, elaborar o balanço patrimonial, considerando que, nesse aspecto, a LNL não foi derogada pela LC 123/06. (in Eficácia nas Licitações e Contratos. 11ª ed. rev. E atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2008, 389)

Ainda segundo o Professor, contabilista auditor e consultor de empresas Reinaldo Luiz Linelli, o Balanço patrimonial é exigível de todas as entidades empresárias, vejamos:

“A escrituração contábil e o levantamento do Balanço Patrimonial são obrigações que alcançam todas as entidades empresárias, independentemente de porte ou forma de constituição. Assim, mesmo para as empresas tributadas pelo regime simplificado de apuração (Simples Nacional) é possível exigir os informes contábeis e patrimoniais, como das demais entidades. A única segregação que se faz é que, para as empresas em geral, o conjunto completo de demonstrações contábeis é muito mais abrangente que para as microempresas e empresas de pequeno porte; bastando para estas a apresentação do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício e das Notas Explicativas, conforme regulamenta a Resolução CFC 1.418/2012. (grifo nosso)



Portanto, observando os dispositivos legais, bem como as doutrinárias é possível concluir que não há dispensa às pequenas empresas da apresentação do balanço patrimonial.



CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

III – Decisão

Pelo exposto, a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Sinop decide **NEGAR PROVIMENTO** à impugnação apresentada pela empresa **CAMPOS LIMA E COELHO LTDA – ME** ao Edital de Tomada de preços nº 008/2013.

Sinop-MT, 30 de Agosto de 2013.


Astério V. Gomes

Presidente Comissão de Licitação


Vênus Mara Soares da Silva

Secretária Comissão de Licitação


André Carlos Gobbato

Membro da Comissão de Licitação

RECEBIDO
30/08/13
Valéria M. Coelho

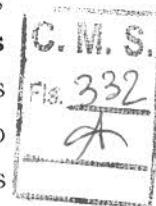




CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ATA DE TOMADA DE PREÇO N.º 008/2013

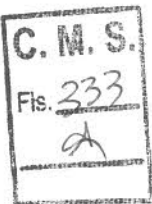
Às 14:00 (quatorze horas), do dia doze de Setembro do ano de dois mil e treze na sala de licitação, da Câmara Municipal de Sinop, localizada a Avenida das Figueiras nº 1835, na cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso, reuniram-se os componentes da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, sendo Presidente o Sr. Astério Venceslau Gomes, Secretária a Sra. Vênus Mara Soares da Silva, Membro André Carlos Gobbato, nomeados através da Portaria nº 014/2013 para nos termos da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei nº 8.883, proceder abertura e julgamento da **Licitação Modalidade - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2013, Tipo Menor Preço Global**, publicada no IOMAT na edição nº 26110 do dia 16 de Agosto de 2013 página 42, referente a contratação de empresa para "fornecimento e instalação de persianas nas dependências da Câmara Municipal de Sinop-MT. Conforme decisão tomada no dia doze de setembro de dois mil e treze a Comissão de Licitação concedeu prazo de oito dias úteis para que os licitantes Inabilitados apresentassem os documentos escoimados dos vícios que originaram a inabilitação. Assim, iniciando os trabalhos o presidente da comissão de licitação recebeu os envelopes lacrados de "Habilitação" das empresas **Casa das Cortinas Ltda - ME - CNPJ 05.844.540/0001-75, Deogenes Fátima Schneider - CNPJ 37.494.994/0001-50 e Campos Lima & Coelho Ltda - ME - CNPJ 05.583.238/0001-00**. Registra-se a presença da Sra. **Valéria Martin Coelho**, portadora do CPF nº 667.695.661-68, representando a empresa **Campos Lima & Coelho Ltda - ME - CNPJ 05.583.238/0001-00**, a Sra. **Deogenes Fátima Schneider**, portadora do CPF nº 441.334.309-30, representando a empresa **Deogenes Fátima Schneider - CNPJ 37.494.994/0001-50** e o Sr. **Marcos Rogério Santos**, portador do CPF nº 581.004.901-04, representando a empresa **Casa das Cortinas Ltda - ME - CNPJ 05.844.540/0001-75**. Após iniciaram-se os trabalhos de rubrica dos envelopes. Ato contínuo o Presidente da comissão de licitação, ordenou a abertura dos envelopes "Habilitação" das empresas participantes, constatando-se a **HABILITAÇÃO** das empresas **Casa das Cortinas Ltda - ME - CNPJ 05.844.540/0001-75**, a empresa **Deogenes Fátima Schneider - CNPJ 37.494.994/0001-50** e a empresa **Campos**





CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP


Lima & Coelho Ltda - ME - CNPJ 05.583.238/0001-00. Em seguida os representantes das empresas **Casa das Cortinas Ltda - ME - CNPJ 05.844.540/0001-75**, a empresa **Deogenes Fátima Schneider - CNPJ 37.494.994/0001-50** e a empresa **Campos Lima & Coelho Ltda - ME - CNPJ 05.583.238/0001-00** renunciaram expressamente ao direto de recorrer quanto a Fase de Habilitação. Assim iniciou-se a fase de abertura do envelope "2" contendo a proposta de preços, na sequência, abriu-se o envelope proposta de preços da empresa **Casa das Cortinas Ltda - ME - CNPJ 05.844.540/0001-75**, que após a conferência de todos os itens apresentados, a mesma ofertou para todos os itens e constatou-se que o valor global ofertado foi de **R\$ 84.465,67 (oitenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).** Em seguida foi aberto o envelope de preços da empresa **Campos Lima & Coelho Ltda - ME - CNPJ 05.583.238/0001-00**, que após a conferência de todos os itens apresentados, a mesma ofertou para todos os itens e constatou-se que o valor global ofertado foi de **R\$ 83.860,71 (oitenta e três mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e um centavos).** Ato contínuo foi aberto o envelope de preços da empresa **Deogenes Fátima Schneider - CNPJ 37.494.994/0001-50** que após a conferência de todos os itens apresentados, a mesma ofertou para todos os itens e constatou-se que o valor global ofertado foi de **R\$ 91.356,24 (noventa e um mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos).** Assim a classificação das licitantes é a seguinte: 1ª Colocada: empresa **Campos Lima & Coelho Ltda - ME - CNPJ 05.583.238/0001-00**, com valor global ofertado foi de **R\$ 83.860,71 (oitenta e três mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e um centavos).** 2ª Colocada: empresa **Casa das Cortinas Ltda - ME - CNPJ 05.844.540/0001-75**, com valor global ofertado foi de **R\$ 84.465,67 (oitenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e sete centavos)** e a 3ª Colocada: empresa **Deogenes Fátima Schneider - CNPJ 37.494.994/0001-50** com valor global ofertado foi de **R\$ 91.356,24 (noventa e um mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos).** Neste norte sagrou-se **VENCEDORA** a empresa **Campos Lima & Coelho Ltda - ME - CNPJ 05.583.238/0001-00**, com valor global ofertado

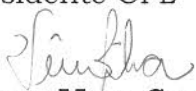


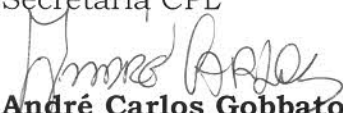


CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

foi de **R\$ 83.860,71 (oitenta e três mil, oitocentos e sessenta reais e setenta e um centavos)**. Registra-se que os representantes das empresas **Campos Lima & Coelho Ltda - ME - CNPJ 05.583.238/0001-00**, da empresa **Casa das Cortinas Ltda - ME - CNPJ 05.844.540/0001-75**, da empresa **Deogenes Fátima Schneider - CNPJ 37.494.994/0001-50**, renunciaram ao prazo recursal quanto a fase de abertura da Proposta de Precos. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão solicitou a mim, Secretária, que lavrasse a ata, a qual após lida e achada em conformidade, será assinada pelos presentes.

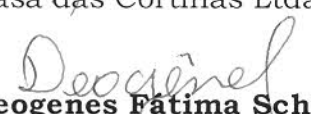

Astério V. Gomes
Presidente CPL


Vênus Mara Soares da Silva
Secretária CPL


André Carlos Gobbato
Membro CPL


Valéria Martin Coelho
Campos Lima e Coelho Ltda


Marcos Rogério Santos
Casa das Cortinas Ltda


Deogenes Fátima Schneider
Deogenes Fátima Schneider - EPP

